



JOVENS, EDUCAÇÃO E TRABALHO: PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS DE INCLUSÃO NO BRASIL

Poliana Hofman de Souza Cupertino¹

Iracema Hofman de Souza²

RESUMO

Este estudo busca integrar os conceitos jovens, educação e trabalho sob a perspectiva empírica dos programas governamentais de inclusão no Brasil. Por meio dos dados e informações abordadas pretende-se, ainda, reafirmar a importância do tema, para tanto, dialogaremos sobre os Jovens, Educação e Trabalho versus Programas Governamentais de Inclusão no Brasil, no qual, serão discutidos os assuntos: os conceitos de juventude e as principais barreiras e dificuldades enfrentadas por esse grupo; em educação e trabalho apresentamos uma relação direta entre esses temas focando nos jovens; os desafios da educação brasileira, enfatizando a importância da educação na formação humana, dados sobre o cenário brasileiro e os principais desafios e entraves; apresentação dos conceitos de políticas públicas e programas e uma retrospectiva dos principais programas governamentais de inclusão no Brasil.

Palavras-chave: Jovens; Educação; Trabalho; Programas Governamentais; Inclusão; Brasil.

RESUMEN

Este estudio busca integrar los conceptos de juventud, educación y trabajo desde la perspectiva empírica de los programas de inclusión del gobierno en Brasil. A través de los datos e informaciones abordados, también se pretende reafirmar la importancia del tema, con este fin, dialogaremos sobre Juventud, Educación y Trabajo versus Programas de Inclusión Gubernamental en Brasil, en el que se discutirán los siguientes temas: los conceptos de juventud y las principales barreras y dificultades que enfrenta este grupo; En Educación y Trabajo presentamos una relación directa entre estos temas centrándonos en los jóvenes; los desafíos de la educación brasileña, enfatizando la importancia de la educación en la educación humana, datos sobre el escenario brasileño y los principales desafíos y obstáculos; presentación de los conceptos de políticas y programas públicos y una retrospectiva de los principales programas de inclusión gubernamental en Brasil.

Palabras clave: Jóvenes; Educación; Trabajo; Programas Gubernamentales; Inclusión; Brasil.

ABSTRACT

¹ Mestre em Ciências da Educação, na especialização em Políticas Públicas e Contextos Educativos pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, ULHT, de Lisboa, Portugal. Especialista em Ciências da Educação pela Faculdade de Teologia Integrada, FATIN. Bacharela e Licenciada em Ciências Biológicas pela Faculdade Pitágoras de Linhares. É Tecnóloga em Silvicultura pela Faculdade de Ensino Superior de Linhares. Exerce função docente como professora de Ciências em escola da rede pública do estado do Espírito Santo.

² Mestre em Ciências da Educação, na especialização em Políticas Públicas e Contextos Educativos (2021) pela Universidade Lusófona de Humanidades - ULHT. Pós-graduada em Ciências da Educação (2014), pela Faculdade de Teologia Integrada (FATIN); Ensino Médio Integrado à Educação Profissional Técnica de Nível Médio (2010), pelo IFES; Matemática (2000), pela FERLAGOS e Planejamento Educacional (1995), pela UNIVERSO. Licenciada em Matemática (1999), pela Universidade Iguazu; Pedagogia (1991), com habilitação em Magistério das Matérias Pedagógicas do 2º Grau e Supervisão Escolar, pela Faculdade Ciências Aplicadas Sagrado Coração; e Ciências do 1º Grau (1983) pela UFES. Pedagoga na Rede Pública Estadual do Espírito Santo, desde 2006, Diretora Escolar na Rede Pública Municipal de Linhares-ES (2001-2005) e Professora da Educação Básica (1985-2017), inicialmente no componente curricular de Ciências do 1º grau e depois matemática.



This study seeks to integrate the concepts of young people, education and work from the empirical perspective of government inclusion programs in Brazil. Through the data and information addressed, it is also intended to reaffirm the importance of the theme, to this end, we will dialogue on Youth, Education and Work versus Government Inclusion Programs in Brazil, in which the following issues will be discussed: the concepts of youth and the main barriers and difficulties faced by this group; in education and work we present a direct relationship between these themes focusing on young people; the challenges of Brazilian education, emphasizing the importance of education in human education, data on the Brazilian scenario and the main challenges and obstacles; presentation of the concepts of public policies and programs and a retrospective of the main governmental inclusion programs in Brazil.

Keywords: Young people; Education; Work; Government Programs; Inclusion; Brazil.

INTRODUÇÃO

Para uma melhor compreensão sobre os conceitos jovens, educação e trabalho, destacamos a importância da educação na formação do homem. Nesse sentido, Ciavatta (2005, p.102) afirma que a educação é uma instituição “necessária para incorporar a população a todo tipo de transformação social, efetiva, que se pretenda”.

Nesse fragmento a autora aponta a importância da educação para a sociedade, como sendo um caminho para uma transformação social profunda e verdadeira. Ela ainda acrescenta que “a educação é incapaz de mudar a sociedade desigual em que vivemos, ela é um recurso relevante para a compreensão dos fundamentos da desigualdade e para a geração de uma nova institucionalidade no país” (CIAVATTA, 2005, p. 102).

Acreditar que é através da educação que mudanças efetivas irão acontecer para sanar os problemas sociais é ilusório como aponta a autora. Sposati (2000, p.30) também declara que “ao garantir maior escolaridade em nossa sociedade, não estaremos garantindo, de imediato, a resolução das discrepâncias sociais”.

Contudo, conforme afirma Freire (1997, p.35) “a educação não é a alavanca da transformação social, mas sem ela essa transformação não se dá”. Ela por si só não é suficiente para sanar os problemas que afetam a nossa sociedade. Entretanto, a educação exerce um importante papel na sociedade, sendo capaz de contribuir para a transformação do homem para que este trabalhe em prol de um mundo melhor. “Nenhuma sociedade se afirma sem o aprimoramento de sua cultura, da ciência, da pesquisa, da tecnologia, do ensino. E tudo isso começa com a pré-escola” (FREIRE, 1997, p.35).

Segundo Freire (1997) para refletir sobre a educação necessariamente precisamos refletir sobre o próprio homem. O homem é um ser da práxis, faz parte



da essência humana desvendar os desafios e transformar a realidade com sua ação-reflexão. “Eis aqui a raiz da educação”. “Sua vocação ontológica, que ele deve tomar existência, é a do sujeito que opera e transforma o mundo” (FREIRE, 1997, p. 10).

A escola deve ser muito mais que um espaço físico que oferece acesso aos conhecimentos, deve ser um espaço democrático, de formação ampla do aluno, como sujeito sociocultural (ESTEBAN, 2007; GADOTTI, 2007). Ela desempenha um papel muito importante na formação do homem e para a construção de um mundo mais humano e democrático.

Diante do exposto, a educação só é verdadeiramente humanista quando reforça a real vocação humana: a de transformar a realidade. Caso contrário, a educação adapta o indivíduo à sociedade, domesticando, transforma o homem em “coisa”, desumanizado, um mero expectador (FREIRE, 1997, p.13).

Porém, sabendo da relevância da escola na formação do indivíduo, ela constitui também uma instituição excludente, ou sendo capaz de ressaltar o processo de exclusão. Bourdieu (2007), Bourdieu e Passeron (1992), analisaram o modo como a escola contribui para o reforço dos processos de exclusão social e como isto repercute nos percursos de vida de jovens e adultos dos meios populares.

As obras nos permitem uma análise das desigualdades sociais produzidas na nossa sociedade, principalmente a violência simbólica exercida pela instituição escolar. Esta, por meio da sua ação pedagógica, reproduz a cultura dominante e as relações de poder de um determinado grupo social, reforçando as desigualdades sociais, deixando de lado a sua função libertadora.

Segundo Mendes e Seixas (2003) em “Les Héritiers”, Bourdieu e Passeron questionaram o papel da escola na reprodução da estrutura de classes e a aquisição da cultura escolar como um processo de aculturação para os jovens das classes populares, os mais pobres. Os autores atrelam o sistema de ensino à dominação por meio de seleção social.

Na mesma linha, os autores Gonçalves, Passos e Passos (2005, p. 349), citam que as escolas estão “transformando as desigualdades sociais e culturais em desigualdades de resultado escolar”. Para eles a situação retrata “indiferença pelas diferenças”, onde a exclusão se dá no interior da escola, confluindo para um desempenho marcado pelo fracasso escolar.



Essa problemática, resulta de processos sociais mais amplos e que têm sido reforçados no cotidiano escolar por meio de práticas e ações pedagógicas e pelas formas de organização e gestão da educação básica. Nesse sentido, é fundamental salientar que outras causas externas à realidade escolar contribuem, sobremaneira, para o fracasso escolar como as desigualdades sociais, econômicas e culturais (GONÇALVES, PASSOS & PASSOS, 2005).

Corroborando com essa ideia, Castro e Aquino (2008), reforçam que o nosso sistema educacional não foi e não está preparado para gerir as diversidades, e nem os novos papéis atribuídos à escola.

Nesse aspecto, as consequências do fracasso escolar nos percursos de vida de jovens e adultos dos meios populares, a exclusão social juntamente com o fracasso escolar “configuram duas situações negativas e o resultado da relação entre ambas é a precariedade”, e as maiores vítimas desse processo é a classe popular (SPOSATI, 2000, p.21).

O processo de exclusão social apontado pela autora constitui um processo amplo, que estabelece uma gama de relações que confluem reforçando essa ação por meio das práticas econômicas, sociais, políticas, culturais, educacionais, dentre outras, afetando toda uma sociedade, não se restringindo apenas a um único indivíduo.

A escolarização da maioria dos brasileiros é marcada por desigualdades e oportunidades limitadas, com inúmeras carências, decorrentes de uma estrutura obsoleta que acentua a exclusão para a maioria das crianças, adolescentes e jovens. Isso se confirma nos dados do IBGE (2019), no qual, em 2019 mesmo com uma pequena melhora nos índices da taxa de escolarização das crianças, se comparado aos anos anteriores, ainda não atingimos a universalização da Educação. Entre as crianças com idade de 4 e 5 anos, a taxa de escolarização foi de 92,9%, no qual, cabe ressaltar que a Educação básica é obrigatória para essa faixa etária. Entre as crianças de 6 a 14 anos, o índice chega a 99,7%. Entretanto, entre os jovens de 15 a 17 anos, a taxa foi de 89,2%, valor considerado ruim e inferior à universalização, indicando que por mais que o atendimento esteja em processo de universalização da Educação Básica, o índice de exclusão permanece grande, mostrando que a educação ainda é um privilégio.

Os dados do Anuário Brasileiro da Educação Básica (2019), também revelaram um cenário preocupante, na qual, as marcas da desigualdade no sistema



educacional brasileiro podem ser vistas desde os primeiros anos da criança com a constatação da existência de 328.594 mil crianças de 4 a 5 anos fora das escolas.

Outro dado preocupante da pesquisa é em relação ao índice de analfabetismo, em 2019 havia 11 milhões de brasileiros com 15 anos ou mais de idade analfabetas, o equivalente a taxa de 6,6%. A pesquisa também verificou a adequação entre a idade e a etapa do ensino fundamental frequentado, no qual, foi constatado que o atraso ou abandono escolar alcançava 12,5% dos adolescentes com idades de 11 a 14 anos e 28,6% dos adolescentes de 15 a 17 anos. Para os jovens de 18 a 24 anos, perto de 75% estavam atrasados ou abandonaram os estudos, destes, 11,0% estavam atrasados e 63,5% não iam à escola e não tinham concluído a Educação Básica.

Outro dado preocupante divulgado pela IBGE (2019), refere-se ao fato de que em 2019 o Brasil possuía uma população de 10,1 milhões de pessoas entre 14 a 29 anos que não completaram alguma das etapas da educação básica, ou por terem abandonado a escola ou por nunca a terem frequentado, o que corresponde a 20,2% do total da população que é de 50 milhões. Chama atenção ao fato de que a grande maioria desse total (71,7%) são pretos ou pardos. São milhões de jovens e adultos que não tiveram a oportunidade de entrar na escola ou dela tiveram que se evadir mais cedo.

Logo, ressaltamos que em 2018, as taxas de reprovação e abandono nas escolas públicas brasileiras ainda foram consideradas muito elevadas, principalmente nas séries, consideradas de transição, isto é, no 6º ano do Ensino Fundamental e 1º ano do Ensino Médio. Nessas séries constatou-se que do número de alunos matriculados, 11,7 e 15,4 foram reprovados respectivamente. E quanto ao abandono, as taxas foram na razão de 2,5 no 6º ano e 7,9 no 1º ano (Anuário Brasileiro da Educação Básica, 2019).

Dados do Anuário Brasileiro da Educação Básica de 2017 indicam que as taxas de reprovação e abandono são persistentes e continuam elevadas. Em 2015 a média da taxa de reprovação no Ensino Fundamental foi de 8,2%, sendo que a maior taxa foi a do 6º ano com 13,8%. Já a taxa de abandono escolar ficou em 1,9% na média, novamente o 6º ano ficou com a maior taxa 3,3% (Anuário Brasileiro da Educação Básica, 2017).



Como observado nos dados, o fracasso escolar no Brasil é grave, constituindo em um problema que não está apenas limitado à esfera da Educação, traduz-se em uma falha do Estado. O abandono escolar, sendo este a culminância do fracasso escolar, afeta de forma extremamente negativa a vida dos sujeitos, pelo que as oportunidades serão limitadas.

Os dados divulgados revelam que o ensino no Brasil enfrenta diversos desafios, sendo que para Schwartzman (2005, p.12), os principais problemas estão ligados à má qualidade do ensino e à repetência dos alunos, fato que está intimamente ligado a outro agravante, o despreparo dos professores de como ensinar de modo a alcançar os alunos que estão para trás, para que estes cheguem ao nível e sigam os demais. O não domínio de conceitos básicos e a falta de articulação entre teoria e prática nos cursos de graduação interferem negativamente no sucesso das suas práticas na sala de aula. Constata-se que o professor está indo para sala de aula sem o preparo e os conhecimentos necessário à prática docente (OLIVEIRA & SCHWARTZMAN, 2002 p. 29;69).

Estes problemas conforme apontam os autores, contribuem de forma negativa na trajetória escolar, afastando e excluindo esses estudantes do processo de ensino-aprendizagem, no qual, as cicatrizes provocadas pelo fracasso escolar perdurarão pelo resto da vida. Fato confirmado por Laranjeira, Iriart, Faria e Matos (2012, p.21) ao afirmar que “as oportunidades de ascensão social por meio da educação limita-se para esses sujeitos”.

Mendes e Seixas (2003, p. 117) ressaltam a importância do capital escolar para determinadas classes ou frações que não possuem capital social e nem econômico, no qual, constituirá a “única maneira de evitar a regressão social e/ou de melhorar a posição relativa no espaço social”. Sendo assim, esses sujeitos que não obtiveram sucesso escolar dificilmente terão oportunidade de terem melhores condições de vida.

Desse modo, se faz necessário buscar a verdadeira democratização da Educação brasileira, no qual, Cury (2000, p. 583) em sua análise sobre o desafio da educação sob a ótica jurídica, apontou que a “importância da educação para o processo de construção da democracia no país, sempre foi muito enfatizada, mas não necessariamente efetivada”, ou seja, na prática a realidade não se traduz no que é pautado no papel.



Portanto, é indispensável o Estado estar presente de forma efetiva no desenvolvimento de políticas públicas eficientes, contextualizadas e adequadas no campo social. No entanto, é fundamental a efetiva participação da sociedade civil para conquistar, manter e garantir seus direitos, ou seja, requer também a participação ativa da população para cobrar por políticas públicas que levam em consideração as necessidades e peculiaridades do local (GLÓRIA, 2002; Programa Nacional de Inclusão de Jovens, 2008).

Assim, este estudo objetiva integrar os conceitos jovens, educação e trabalho sob a perspectiva empírica dos programas governamentais de inclusão no Brasil. Para tanto, divide-se em seção como Juventudes, Educação e Trabalho e Programas Governamentais de Inclusão no Brasil.

JUVENTUDES

Nós seres humanos naturalmente sentimos a necessidade de buscar definições sobretudo a nossa volta, e esse fato está relacionado com a nossa essência, de buscar formas de referenciar, conceituar as coisas. Isso é muito importante, pois nos ajudam a compreender os fenômenos sejam eles sociais ou ambientais.

Partindo dessa lógica, para compreendermos a dinâmica referente aos assuntos que serão abordados neste trabalho, dentre eles a juventude, se faz necessário estudarmos os modelos de juventudes da nossa sociedade buscando compreender esse grupo tão diverso e singular.

A palavra conceito pode remeter a uma definição fixa, o que é de certa forma precipitado, visto que o nosso mundo é dinâmico e as mudanças são constantes. Então, utilizaremos modelos em vez de conceito. Pois a juventude vai além de definições fixas e simplistas, como se fosse somente o significado da palavra. Compreendermos o dinamismo deste grupo não constitui uma tarefa fácil.

Conforme afirmado por Esteves e Abramovay (2007), buscar formas de conceituar esse grupo não constitui uma tarefa simples, em virtude da pluralidade de definições acerca do assunto, fato que está relacionado à diversidade do grupo.



Sendo assim, buscaremos as diferentes visões de autores acerca do assunto, ao ampliarmos a gama de significados atribuídos ao tema.

Segundo Unesco (2004, p.23), “o termo “juventude” refere-se ao período do ciclo da vida em que as pessoas passam da infância à condição de adultos” abrangendo um período que varia, mas compreende uma faixa etária que vai dos 15 aos 29 anos, que possui como característica a sua transitoriedade.

Vale notar que a definição de juventude está somente relacionada a um período etário. Contudo, a juventude não se restringe apenas a idade. Porém, essa demarcação é muito utilizada em estudos e pesquisas pois visa facilitar a realização de comparações entre regiões, fatores socioeconômicos, temporal, dentre outros. Desta forma, faz-se necessário a utilização de uma definição etária.

Entretanto, de acordo com Unesco (2004), a faixa etária da juventude sofre mudanças segundo contextos sociais. Em áreas pobres, a faixa etária varia dos 10 a 14 anos e já em estratos sociais médios e altos dos 15 a 29 anos. Diante disso, a juventude constitui um conjunto de pessoas com idades variáveis segundo diversas circunstâncias particulares.

A juventude segundo o enfoque biológico e psicológico é compreendido como um “período que vai desde o momento em que se atinge a maturidade fisiológica até a maturidade social” (Unesco, 2004, p. 25). A maturidade fisiológica está relacionada, com as mudanças biológicas e psicológicas que transformam e modificam o jovem com o passar do tempo. Tais mudanças são acompanhadas também por outras como as relações sociais e culturais. Cabe ressaltar que a maturação biológica e a social não são atingidas da mesma forma por todas as pessoas.

Fato confirmado por Esteves e Abramovay (2007, p. 21) ao afirmar que,

[...] a juventude, por definição, é uma construção social, ou seja, a produção de uma determinada sociedade originada a partir das múltiplas formas como ela vê os jovens, produção na qual se conjugam, entre outros fatores, estereótipos, momentos históricos, múltiplas referências, além de diferentes e diversificadas situações de classe, gênero, etnia, grupo etc. (Esteves & Abramovay, 2007, p. 21).



Consoante aos autores, a juventude constitui um grupo heterogêneo, com características e definições distintas que variam segundo diversos fatores, ou seja, não existe somente um tipo de juventude.

Diante disso, Unesco (2004) defende o uso do termo “juventudes” ao afirmar que o seu uso no plural se baseia nesses diferentes significados atribuídos ao termo. Mostrando que os grupos juvenis constituem grupos heterogêneos segundo contextos e circunstâncias vividas.

Para Bourdieu (2003, p. 152) “[...] a juventude e a velhice não são dadas, mas construídos socialmente na luta entre os jovens e os velhos”. O fragmento relaciona a juventude como uma condição construída socialmente através de conflitos entre as idades e a disputa pelo poder. O autor em sua obra faz críticas às definições e classificações impostas pela sociedade, consideradas por ele a classificação por idade manipulável e variável. Acrescenta ainda que os jovens não são uma unidade social, definida pela faixa etária compartilhando dos mesmos interesses, por essa razão, o uso do termo “juventudes” em sua obra, ao relacionar a existência de diferentes juventudes, na qual o autor defende o uso do termo.

Margulis e Urresti (1996) em sua obra intitulada “La juventud es más que una palabra” visto por alguns autores como uma crítica a Bourdieu, e para outros como uma grande contribuição aos pensamentos de Bourdieu. Em sua obra os autores reafirmam que existem diferentes juventudes e formas de ser jovem, que ao olhar para a juventude é necessário compreender uma gama de variedades de situações sociais em que o jovem vive que condicionam as diferentes formas de ser jovem, ou seja, não é apenas a idade biológica ou classe social que definem os jovens.

[...] la juventud no es sólo un signo ni se reduce a los atributos "juveniles" de una clase. Presenta diferentes modalidades según la incidencia de una serie de variables. Las modalidades sociales del ser joven dependen de la edad, la generación, el crédito vital, la clase social, el marco institucional y el género. No se manifiesta de la misma manera si se es de clase popular o no, lo que implica que los recursos que brinda la moratoria social no están distribuidos de manera simétrica entre los diversos sectores sociales (Margulis & Urresti, 1996 p. 28).

À vista disso, as juventudes são dinâmicas e plurais, conforme aponta o autor ao dizer que apresentam diferentes modalidades que sofrem influência de



uma série de variáveis, culturais, de gênero, idade, classe social, a família e outras instituições, as diferentes gerações, dentre outros.

Cabe ressaltar que é uma fase de transição marcada pelas tensões, dúvidas e incertezas, tomadas de decisões e responsabilidades com relação ao mundo do trabalho, à família, casamento, filhos, dentre outros. Os jovens vivem uma falta de reconhecimento social e potencial de futuro, gerados pela pobreza, violência, desemprego, desamparo social, dentre outros problemas sociais que são vividos por muitos jovens, contudo os mais afetados ainda são os das camadas populares (Fórum Nacional de Educação, 2013).

Este aspecto também é apontado por Pais (2009), ao citar que os jovens vivem uma situação de impasse frente ao seu futuro, sendo uma característica da atual condição juvenil, dentre as diversas dificuldades a que mais gera incerteza é a estabilidade econômica, a passagem para a vida adulta para muitos jovens não finda com a ascensão social.

Em consequência, as juventudes configuram um dos grupos que mais sofrem com as desigualdades sociais, sendo considerados as maiores vítimas do sistema capitalista no qual, a nossa sociedade está inserida.

Conforme afirma Barber-Madden e Saber (2010), muitos jovens de diversas nações são assolados pela fome, violência, não possuem oportunidade de acesso a uma educação de qualidade, passam por dificuldades no acesso aos serviços de saúde e apresentam elevadas taxas de desemprego.

Nesse sentido, a temática da juventude vem sendo amplamente debatida e estudada e uma das justificativas para a sua relevância, é devido ao aumento da violência urbana e agravamento das desigualdades sociais, o que torna este assunto tão urgente (IPEA, 2005).

De acordo com os estudos realizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada IPEA (2005 p. 288) “os jovens não são apenas uma grande fonte de investimentos ou uma solução para um futuro melhor. Eles constituem, também, um importante foco de problemas sociais”.

Fato confirmado por Unesco, (2004) ao afirmar que a construção social em torno da juventude é marcada por significados negativos que acabam por rotular o jovem como o gerador de problemas.

Contudo os autores Barber-Madden e Saber (2010, p.21) afirmam que os



Comportamentos marcados pela inconsequência – muitas vezes resultantes da influência dos grupos sociais em que os jovens se relacionam, sem uma convivência familiar pautada em valores como a responsabilidade – tornam esse grupo especialmente vulnerável [...] (Barber-Madden & Saber, 2010, p.21).

Segundo os autores, os comportamentos juvenis inconsequentes são frutos do meio no qual o jovem vive, tornando-o vulnerável ao uso de drogas, envolvimento com o tráfico, violência, prostituição, gestação precoce, dentre outros.

Para Unesco (2004), os fatores que afetam as juventudes são: o fracasso escolar; a falta de acesso à escola; os altos índices de desemprego e subemprego juvenil, associados a condições de vida, ao grupo familiar, à moradia, e à comunidade.

De acordo com os dados coletados e analisados pelo IBGE no Atlas da Violência (2017)³, cerca de 25,8% dos jovens entre 16 e 29 anos não estudam e nem estavam ocupados em 2016. Tal fato confirma uma situação de exclusão e vulnerabilidade para este grupo.

Outro dado preocupante refere-se à violência urbana, uma grande parcela da juventude brasileira sofre com as elevadas taxas de mortalidade que confirmam o quanto este grupo padece. Mais de 318 mil jovens brasileiros foram assassinados entre 2005 e 2015. Somente em 2015, foram 31.264 homicídios de jovens com idade entre 15 e 29 anos, no qual, os homens são as principais vítimas: mais de 92% dos homicídios acometem essa parcela da população. Os dados indicaram um aumento de 17,2% na taxa de homicídio (IPEA, 2017)⁴.

Diante do exposto, observa-se o quanto é essencial reconhecer a necessidade de assistência, amparo e proteção a essa faixa muito significativa da população, que tanto sofre com as mazelas da nossa sociedade.

EDUCAÇÃO E TRABALHO

De acordo com Gadotti (2007, p.14), “Ninguém nega a importância da Educação Básica para a formação da cidadania e como forma de se preparar

³ Síntese dos indicadores sociais 2017. Disponível no site: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/c3f0b4374f284b4baa7067517400ad83.pdf

⁴ Atlas da violência 2017 – elaborado pelo IPEA



para o trabalho”. O autor reafirma a importância da educação para a sociedade através de uma formação humana, e agrega que um dos objetivos da educação também é preparar o homem para o mundo do trabalho.

Todavia, a relação educação e trabalho historicamente é polêmica, conforme afirma Saviani (1998). E é neste contexto que partimos nossa reflexão sobre a origem da educação.

Segundo Saviani (2007), historicamente a origem do homem está diretamente relacionada com o trabalho. Para o homem existir, ou seja, sobreviver, é necessário produzir sua própria vida, transformando-a, ajustando a natureza às suas necessidades. Conforme relata o autor “a essência do homem é o trabalho”, “o que o homem é, é-o pelo trabalho” (Saviani, 2007, p. 154).

Saviani (2007) afirma, que

[...] a existência humana não é garantida pela natureza, não é uma dádiva natural, mas tem de ser produzida pelos próprios homens, sendo, pois, um produto do trabalho, isso significa que o homem não nasce homem. Ele forma-se homem. Ele não nasce sabendo produzir-se como homem. Ele necessita aprender a ser homem, precisa aprender a produzir sua própria existência. Portanto, a produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem, isto é, um processo educativo. A origem da educação coincide, então, com a origem do homem mesmo (SAVIANI, 2007, p. 154).

Segundo o autor os homens aprendiam a produzir sua existência ao lidar com a natureza, aprendiam a trabalhar trabalhando, e se educavam uns aos outros e as novas gerações mediante suas vivências. Isso é caracterizado como educação.

Saviani (2007, p. 155) ainda cita que o trabalho realizado pelo homem era coletivo, visto que o trabalho fazia parte da vida e era ensinado aos demais principalmente os mais novos. O autor ainda afirma que “a educação identificava-se com a vida” “educação é vida, e não preparação para a vida”. Segundo esse fragmento a educação fazia parte da vida do homem e não como uma forma de preparação do homem.

Porém, devido ao novo desenvolvimento da forma de produção, o advento da escravidão e a apropriação particular de terras pelos detentores da riqueza, levou ao surgimento de duas classes sociais. A classe dos proprietários, os que vivem da renda de suas propriedades e a dos não-proprietários que retiram o seu sustento da força de seu trabalho (SAVIANI, 2007).



A despeito disso, a divisão por classes alterou a forma como a educação e trabalho estavam correlacionados. Em consequência, o modelo econômico capitalista transformou a relação educação e trabalho, onde o que se visa são lucros (ganhos econômicos) através da formação da força para o trabalho, ou seja, com o advento do novo modelo econômico imposto pela burguesia a educação assume uma outra função (SILVA, 2011).

Nesse contexto, em consequência à essas mudanças advindas pelo novo sistema econômico, gerado pela nova forma de produção, outras medidas tiveram que ser implantadas de forma a suprir a nova demanda, conforme exposto por Saviani (2007, p. 159), “com o impacto da Revolução Industrial, os principais países assumiram a tarefa de organizar sistemas nacionais de ensino, buscando generalizar a escola básica”. Desta forma, a educação passou a ser de responsabilidade do Estado, ofertá-la de forma gratuita, universal e obrigatória nas escolas públicas.

Portanto, por mais que seja um tanto polêmico, a origem da implantação Educação Básica está diretamente relacionada com a formação de mão obra para o mercado de trabalho. Conforme exposto por Silva (2011) ao relacionar a educação aos interesses da burguesia na formação de força de trabalho visando ganho econômico.

Frigotto (2004) aponta que o trabalho foi reduzido pela classe burguesa a objeto e mercadoria, passando a ser ocupação, tarefa, emprego e função, ou seja, a força de trabalho passa a ter um valor de capital, e como sendo a única fonte de produção de valor. Em decorrência dessa inversão o trabalho deixa de ser caracterizado como uma relação social e passa a ser relação de poder exercido pela classe dominante. O que se vê na sociedade é uma forte ênfase aplicada pelo Estado e pela classe dominante à educação para o trabalho, para a produção e para o mercado de trabalho.

Conforme apontado por Ambroni (2016) a escola como uma criação da classe burguesa age na sociedade criando um domínio cultural e disciplinador objetivando preparar a pessoa para o trabalho. A isso Bourdieu chama de “violência simbólica” que se dá por meio de regras, imposição simbólica e o currículo escolar que agem configurando e adestrando o sujeito para o seu futuro, o mercado de trabalho.



Segundo Teodoro (2009, p.13), “[...] a escola era entendida, para além da sua dimensão modernizadora e de pilar do *desenvolvimento*, como uma instância de integração e de ascensão social [...]”, no entanto, advinda a era da globalização, as escolas passaram a atender a essa nova ordem econômica sendo importante fator na construção do capitalismo.

Contudo, a Educação básica exerce um papel muito mais amplo na nossa sociedade conforme exposta por Gadotti (2007),

[...] a Educação Básica é consequência de um longo processo de compreensão/realização do que é essencial, do que é permanente, e do que é transitório para que um cidadão exerça criticamente a sua cidadania e construa um projeto de vida, considerando as dimensões individual e coletiva, para viver bem em sociedade (GADOTTI, 2007, p.14)

De acordo com o autor, a educação básica que compreende as etapas da Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio são meios importantes para a ascensão social do homem, para que este possa exercer o seu papel de cidadão crítico, reflexivo e atuante com o intuito de forma uma sociedade mais justa, humana e democrática.

Por conseguinte, ressaltamos a importância da educação básica na formação do homem, do seu preparo para o exercício da cidadania e não para o mercado de trabalho, não se pode resumir educação como ferramenta para o mercado de trabalho como forma de atender ao progresso. Compreender essas relações de forma crítica permite transcender esta dimensão imposta pela classe dominante que inverte o verdadeiro papel da educação.

Dessa maneira, os autores Laranjeira, Iriart, Faria e Matos (2012, p. 21) consideram “a escola, o trabalho e a cultura dimensões fundamentais para a formação da condição juvenil, sobretudo quando combinadas às políticas sociais eficazes no âmbito do Estado”.

Ressaltamos neste fragmento, a importância dessas dimensões para as juventudes, fatores que contribuem para o pleno desenvolvimento do jovem, a escola deve favorecer a construção do protagonismo juvenil e dar condições adequadas a este de prosseguir estudando e desenvolvendo seus projetos de vida, além da educação, a cultura e o trabalho que são fatores cruciais, e sem estes, a ascensão social não se dá.



Isto vem ao encontro do objetivo da educação segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que é garantir o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Desse modo, o que se espera, é a democratização do ensino, no qual, a educação seja ofertada e garantida a todos. Contudo, o que se vê é o não cumprimento deste dever. Para Luckesi (2008, p.62), “a dificuldade de acesso ao ensino é um fator que atua contra a sua democratização”. Cabe ressaltar que não basta garantir uma educação obrigatória para todos, é necessário que esta seja de qualidade objetivando promover o pleno desenvolvimento do aluno, para tanto, não depende somente da oferta, outros fatores estão também associados como o desenvolvimento socioeconômico e cultural que afetam a qualidade do ensino, o seu acesso e permanência do aluno.

Barber-Madden e Saber (2010, p.25) salientam que é somente através do acesso à educação que a juventude terá mais chances de melhores ofertas de trabalho e ascensão social. Segundo os autores “constata-se que na raiz dos elevados índices de desemprego entre os jovens encontram-se sérios problemas relacionados ao analfabetismo e à falta de qualificação técnica”.

De acordo com o relatório da Organização das Nações Unidas [ONU]⁵ sobre situação mundial dos jovens no mercado trabalho em 2014, foi constatado que 73 milhões de jovens em todo o mundo são afetados pelo desemprego.

Constata-se atualmente um aumento no acesso à educação dos jovens, contudo há, porém, uma menor inserção deste grupo no mercado de trabalho. Conforme apontado por Barber-Madden e Saber (2010)

[...] constata-se que a atual geração jovem tem, em média, mais anos de escolaridade formal do que as gerações precedentes, mas, ao mesmo tempo, o índice de desemprego dessa faixa etária nunca alcançou taxas tão elevadas consideráveis carências que ainda se registram em termos de equidade e qualidade (BARBER-MADDEN; SABER, 2010, p.21).

Segundo dados da Síntese de Indicadores Sociais (IBGE, 2017) a juventude constitui o grupo com a maior taxa de desocupação. Dos desocupados, 54,9% tinham de 16 a 29 anos, refletindo em uma taxa de desocupação (21,1%)

⁵ *World Youth Report on Youth Civic Engagement*. Published by the United Nations New York, 2016.



mais alta para este grupo que para os demais. O dado ainda revela uma desigualdade no que se refere ao sexo, a porcentagem ficou em 18,9% para homens e em 24,0% para mulheres.

Leon (2007, p. 271) destaca os diferentes fatores que afetam o processo de inserção e permanência no mercado de trabalho para os jovens, como: “progressão da idade; o seu rendimento e de sua família; a escolaridade de seus pais; a sua classe social; e a falta de escolaridade adequada da maioria dos jovens”.

Esses dados revelam um cenário marcado pelas desigualdades cujas barreiras são de difícil superação pela juventude, provocando neste público um sentimento de angústia muito grande, desespero e desesperança frente ao seu futuro. Visto que nesta fase o jovem busca independência financeira, liberdade e formação de uma nova família.

Em consonância, Segnin (2000) cita que os fatores que afetam a inserção dos jovens no mundo do trabalho estão relacionados com as desigualdades geracionais, raciais e de gênero.

Além destas citadas, acrescento ainda fatores como as desigualdades socioeconômicas e de capital cultural, onde os que possuem capital cultural e financeiro enfrentam menos dificuldades para entrar no mercado de trabalho. Outros, por sua vez, desprovidos de tais recursos são excluídos desse processo.

Observamos que são diversos fatores que culminam para o processo de exclusão desses jovens pelo/para o mercado de trabalho o que não deixa de ser uma exclusão social. A partir do momento em que mecanismos atuam impedindo o progresso e sucesso desses jovens profissionalmente constituem fatores excludentes.

Barber-Madden e Saber (2010, p.27) ressaltam que a qualidade do ensino também constitui um fator decisivo no sucesso à inserção no mundo do trabalho.

O rol de problemas associados à qualidade da educação é muito amplo, podendo-se incluir, dentre outros, a falta de pertinência dos conteúdos pedagógicos ministrados à realidade cotidiana e às demandas do mercado de trabalho contemporâneo. Há um relativo consenso, nos dias de hoje, em torno da necessidade de se fortalecer os programas de formação profissional (BARBER-MADDEN; SABER, 2010, p.27).

Consoante ao exposto pelos autores o principal desafio relacionado à qualidade da educação é resolver os problemas que a afetam, principalmente



aqueles relacionados ao currículo escolar, contudo esse problema é muito complexo. Cabe ressaltar que a oferta de formação profissional constitui em uma ferramenta importante na inserção do jovem no mundo do trabalho. Todavia, a educação precisa contribuir para além da formação profissional, ela deve contribuir sobretudo na formação do cidadão.

Em conformidade, a Unesco (2004, p.33) relaciona a falta de uma capacitação adequada, e a falta de experiência em relação aos adultos como uma das principais dificuldades enfrentadas pela juventude para atender as demandas do mercado de trabalho.

Nesse interim, Andrade e Neto (2007) apontam que os jovens de classe alta possuem maior facilidade no ingresso e melhores oportunidades do mercado de trabalho devido aos anos a mais de estudo. Isso está relacionado ao que Bourdieu chama de capital cultural e econômico herdado por esses jovens por meio de suas famílias, o que facilita e garante oportunidades melhores de trabalho e qualificação profissional. Em contrapartida, os filhos da classe operária ficam à cargo do trabalho penoso a que se destinam.

Fato também confirmado por Leon (2007), ao relacionar a escolarização às melhores condições de trabalho, no qual, a porcentagem de jovens com carteira assinada é maior conforme o grau de instrução.

Barber-Madden e Saber (2010) afirmam que milhões de jovens no mundo, não conseguem completar o ciclo de Ensino Básico.

Muitos se veem obrigados a conseguir algum emprego que traga sustento para si e sua família. Infelizmente, a maioria dos jovens que trabalham faz parte da economia informal, marcada por rendimentos inadequados, pela falta de acesso à rede de proteção social e pela insegurança da permanência no emprego que ocupam. Se as tendências atuais se mantiverem, é provável que a maior parte dos empregos disponíveis para os jovens, no futuro, seja de baixa remuneração e de má qualidade (MADDEN; SABER, p.23, 2010).

Entrementes, um dos motivos para o abandono escolar do Ensino Básico está relacionado a necessidade de trabalho, visto que muitos são considerados “arrimos de família”, o que torna esses jovens suscetíveis a empregos informais e até mesmo degradante.

O contexto acima exposto, corrobora com os dados da pesquisa Juventudes Brasileiras (Unesco, 2004) ao constatar que a principal razão dos jovens para o abandono dos estudos é a oportunidade de emprego.



A ONU (2016), expõe que cerca de 152 milhões de jovens ao redor do mundo, vivem abaixo da linha da pobreza (menos de 1,25 dólar por dia). Este fator, como uma das mazelas provocadas pelo modelo econômico capitalista, vitimiza milhões de jovens que são excluídos da sociedade sem oportunidades de superação dessa condição. O que se instaura é um ciclo macabro de perpetuação das desigualdades sociais, econômicas e culturais, que culminam com a violação do princípio mais absoluto, o da dignidade humana.

Ao analisar os fatores que contribuem para as desigualdades sociais relacionadas à educação e trabalho, se torna evidente o quanto a juventude é vulnerável e carece de políticas públicas voltadas para esse público.

PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS DE INCLUSÃO NO BRASIL

Antes de falar em programas governamentais de inclusão faz-se necessário conceituarmos brevemente Política Pública, visto que, os programas são ações classificadas dentro dessa área.

Sendo assim, Souza (2006, p.26) resume política pública como sendo “campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, colocar o governo em ação (...) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações”. Segundo a autora o conceito não é único, e nem existe uma definição fixa e melhor do que seja Política Pública, por se tratar de um campo multidisciplinar.

Ainda, segundo Souza (2006) as Políticas Públicas são ações do governo e/ou em parceria com outras instituições ou grupos sociais que foram planejadas e colocadas em prática segundo seus propósitos por meio de projetos, planos, banco de dados, programas e ações que produzirão resultados ou transformações reais na sociedade.

Teixeira (2002, p.2) acrescenta que ao “elaborar uma Política Pública significa definir quem decide o quê, quando, com que consequências e para quem”. Nesse sentido, vale destacar que é no planejamento que se define o executor da ação, a importância, os objetivos e o público-alvo.

Sobre o propósito e importância das políticas públicas, Barreto (2007) e Teixeira (2002) em seus estudos citam que elas constituem ferramentas valiosas



que visam responder as demandas sociais existentes, buscando minimizar os problemas e romper com o ciclo de reprodução das desigualdades econômicas e sociais, permitindo que todos tenham oportunidades e direitos universalmente assegurados.

Segundo Barreto (2012) tais demandas da sociedade são elencadas pelo Estado, este também, determina como os recursos serão empregados para o benefício de seus cidadãos. Contudo, a sociedade civil por meio das pressões e mobilizações sociais podem influenciar nas tomadas de decisões do Estado.

De modo geral, a criação (gênese) de toda política pública parte da necessidade de solucionar um problema real na sociedade, sendo sua finalidade intervir no sentido de apontar estratégias e mecanismos para a solução do problema (BARRETO, 2012).

As políticas públicas são transformadas em Programas Governamentais quando se estabelecem, por sua vez, objetivos gerais e específicos focados em determinado tema, público, conjunto institucional ou área geográfica por parte de uma autoridade (SILVA; COSTA, 2002).

Ala-Harja e Helgason (2000, p.8) definem programa, como “um conjunto de atividades organizadas para serem realizadas dentro de cronograma e orçamento específicos disponíveis para a implementação de políticas, ou para a criação de condições que permitam o alcance de metas políticas desejáveis”.

Vários são os programas governamentais que objetivam romper com o ciclo de reprodução da pobreza que tanto assola a população brasileira, principalmente os de classe popular. Tais objetivos podem ser alcançados por meio da Transferência de Renda. Ela constitui uma transferência monetária direta a indivíduos ou a famílias, originando programas condicionados e focalizados em famílias pobres e extremamente pobres (LEMONS; PINHEIRO, 2013; SILVA, 2004).

Segundo Lemos e Pinheiro, (2013) a transferência de renda possui uma grande importância socioeconômica pois ela promove à inclusão social da população mais pobre.

No Brasil, os Programas de Transferência de Renda começaram a fazer parte da agenda pública a partir de 1991 por meio de um projeto de Lei proposto pelo senador Eduardo Suplicy que propôs a criação de um Programa de Garantia de Renda Mínima (SILVA, 2004).



Em 1995, no governo de Fernando Henrique Cardoso, foi criado o Bolsa-Escola cujo objetivo era o combate à evasão escolar de crianças de 7 a 14 anos das classes populares. Porém foi apenas em 2001 por meio da Lei N.º 10.219 que foi criado o Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à educação – “Bolsa Escola” abrangendo todos os estados e não apenas algumas regiões.

Ainda em 1995, foi criado o Bolsa-Alimentação que tinha o objetivo de combater a mortalidade infantil causada pela desnutrição em crianças de 0 a 6 anos englobando as gestantes e nutrízes das classes populares.

O governo federal em 1996 criou o Programa de Erradicação Infantil (PETI), se trata se um programa de Transferência de Renda tinha como meta acabar com a mão-de-obra infantil. No mesmo ano foi implantado o Benefício de Prestação Continuada, consiste em um benefício de transferência monetária de um salário mínimo mensal pago os idosos a partir de 65 anos de idade e aos portadores de necessidades especiais segundo critérios.

No governo de Luiz Inácio Lula da Silva, os programas de transferência de renda alçaram novos patamares através da construção de uma Política Pública de Transferência de Renda de abrangência nacional. Algumas das principais metas do governo era a erradicação da pobreza e da fome, por meio da redistribuição de renda, geração de empregos e elevação do nível de escolaridade da população brasileira (SILVA, 2004).

Tais metas foram colocadas em prática em 2003 com a criação do Cartão Alimentação destinado ao combate à fome. No mesmo ano, foi publicado a Medida Provisória N.º 132 que posteriormente foi convertida na Lei N.º 10.836/2004 que cria o Programa Bolsa Família, que unifica os procedimentos de gestão e execução das ações de transferência de renda do Governo Federal.

O Programa Bolsa Família (PBF) trata-se de um programa de transferência direta de renda, destinado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. Visa garantir a essas famílias o direito à alimentação, acesso à educação e à saúde.

O PBF é considerado um dos maiores programas do governo federal lançados até hoje, atendendo milhares de famílias pobres em todo o país (SILVA,



2004; MONTEIRO; FARIAS, 2013). Segundo dados divulgados⁶, em 2015 o programa atendia 14 milhões de famílias.

De acordo com estudos publicados por diversos autores o PBF constitui uma importante ferramenta no combate à pobreza e à desigualdade social no Brasil (SILVA, 2010; SILVA 2004; MONTEIRO; FARIAS, 2013; SOARES, *et al*, 2006).

Além dos Programas de Transferência de Renda citados, existem muitos outros destinados às áreas da cultura, desenvolvimento econômico, desenvolvimento rural, desenvolvimento social, desenvolvimento urbano, desporto e lazer, direitos da cidadania, gestão pública, meio ambiente, educação, trabalho e renda, inclusão digital, dentre outros (Programa Nacional de Inclusão de Jovens, 2008).

No campo da educação podemos citar os Programas Governamentais de acesso às instituições de ensino como:

- Programa Brasil Alfabetizado (PBA), destinado a alfabetização de jovens com 15 anos ou mais, adultos e idosos. Segundo o MEC, o objetivo do Programa é promover a superação do analfabetismo contribuindo para a universalização do ensino fundamental no país. O Programa é desenvolvido em todos os estados, porém, com prioridade nos municípios que apresentam alta taxa de analfabetismo, dentre estes, a região Nordeste, região com uma elevada taxa de analfabetismo, representando 90% do atendimento total do país. Como concepção, o Programa reconhece a educação como um direito humano e sua oferta uma oportunidade de entrada para a educação e a escolarização das pessoas.
- Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), busca ampliar o acesso e a permanência na educação superior através de um conjunto de ações como a ampliação do acesso por meio de melhorias na estrutura física e aumento do contingente de recursos humanos nas universidades federais. Essas ações visam garantir a qualidade da graduação da educação pública. Por meio de adesão, as universidades receberão investimentos para a aplicação de ações como contratação de

⁶ Notícia divulgada no Portal Planalto, com informações do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Agência Brasil e TV NBR. Disponível no link - <http://www2.planalto.gov.br/noticias/2015/05/bolsa-familia-repassa-R-2-3-bilhoes-para-quase-50-milhoes-de-brasileiros>



professores e servidores administrativos, reformas e construção de instalações físicas, compras de equipamentos para laboratórios, salas de aulas, biblioteca, dentre outros. O REUNI tem como metas globais, a serem cumpridas ao longo dos cinco anos de adesão de cada universidade: Elevação gradual da Taxa de Conclusão média dos cursos de Graduação presenciais (TCG) para 90%; alcançar a relação de 18 alunos para cada professor.

- Programa Universidade para Todos (PROUNI), criado pela Lei n.º 11.096/2005 é um programa do MEC que visa a concessão de bolsas de estudo em instituições de ensino superior privadas para estudantes de baixa renda, as bolsas podem ser integrais ou parciais (50%) do valor do curso. O programa é destinado aos estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular em condição de bolsistas integrais, com renda familiar até três salários mínimos. Por meios das notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio- ENEM os alunos são selecionados de acordo com a nota em modo classificatório. A participação no Prouni é limitada aos candidatos que se encaixam no perfil socioeconômico de baixa renda, público-alvo do programa.
- Programas de Ensino a Distância – Universidade Aberta do Brasil (UAB), oferece cursos de nível superior para camadas da população que têm dificuldade de acesso à formação universitária, por meio do uso da metodologia da educação a distância com o uso de tecnologias de informação e comunicação. As ofertas de vagas são prioritariamente voltadas para a formação inicial de professores da educação básica. A universidade é articulada pelos três níveis governamentais (Federal, Estadual e Municipal). Os polos de formação permanentes são criados em localidades específicas de modo estratégico. Os locais onde os centros são implantados devem ser distantes ou isoladas de grandes centros urbanos e com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). De acordo com o MEC a UAB é um instrumento que visa universalizar o acesso ao ensino superior.
- Programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA), consiste em uma modalidade de ensino da educação básica que oferta a escolarização para jovens e adultos a partir dos 15 anos completos; A EJA está amparada na Lei de



Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB 9.394.96, no Parecer CNE/CEB N.º11/2000, na Resolução CNE/CEB N.º01/2000 e no Plano Nacional de Educação (Lei 10.172/01). De acordo com a LDB 9.394/96, a EJA consiste em uma modalidade da educação básica não sendo considerado um ensino supletivo, atua em prol de uma igualdade de acesso à educação como bem social, sendo destinado àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria, que por meio deste, terão oportunidade de continuidade nos estudos.

- Programas de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), visa ampliar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira. O Programa foi criado em 2011, por meio da Lei 12.513/2011 para atender como público-alvo prioritariamente os estudantes ou os concludentes do ensino médio da rede pública do ensino regular ou na modalidade EJA, os trabalhadores, os participantes de programas de transferência de renda.
- Programa Jovem Aprendiz criado pela Lei 10.097/2000, destina-se a aprendizagem de ofício ou profissional de jovens entre 14 e 24 anos. Segundo a Lei, as empresas de médio e grande porte devem contratar esses jovens como aprendizes, promovendo a capacitação em instituição formadora e na empresa, combinando formação teórica e prática. O contrato de trabalho pode durar de até dois anos. O Programa busca preparar os jovens e promover o seu ingresso no mundo do trabalho.
- Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica (PROEJA), destina-se a jovens com idade mínima de 18 anos. O PROEJA tem como objetivos integrar a educação profissional à educação básica por meio da formação inicial e continuada do ensino fundamental, da educação profissional técnica de nível médio e ensino médio e educação profissional e tecnológica integrada à educação escolar indígena. Criado pelo Decreto n.º 5840, 13 de julho de 2006,

[...] os cursos Proeja podem ser oferecidos das seguintes formas: 1- Educação profissional técnica integrada ao ensino médio na modalidade de educação de jovens e adultos. 2- Educação profissional técnica concomitante ao ensino médio na modalidade de educação de jovens e adultos. 3- Formação inicial e continuada ou qualificação profissional integrada ao ensino fundamental na modalidade de educação de jovens e adultos. 4- Formação inicial e continuada ou qualificação



profissional concomitante ao ensino fundamental na modalidade de educação de jovens e adultos. 5- Formação inicial e continuada ou qualificação profissional integrada ao ensino médio na modalidade de educação de jovens e adultos. 6- Formação inicial e continuada ou qualificação profissional concomitante ao ensino médio na modalidade de educação de jovens e adultos” (Decreto nº 5840, 13 de julho de 2006).

- Programa Escola Aberta – tem por objetivo promover a oferta de atividades educacionais, esportivas, culturais e de lazer em escolas públicas do ensino médio e fundamental, que são abertas nos finais de semana exclusivamente para atender a comunidade. Através dessas ações, a intenção do Programa é contribuir para a melhoria da qualidade da educação, a promoção da inclusão social, a aproximação da comunidade para dentro da escola e estreitar os laços entre as pessoas favorecendo a construção de um clima pacífico, contribuindo para semear a paz.

São inúmeros os programas do Governo que objetivam a inclusão social. Entretanto, nesta investigação, focamos os programas governamentais voltados para a juventude, oportunizando a ligação com o tema.

Assim, tomamos como referência o conceito de inclusão como sendo um “processo de integração dos jovens na sociedade através do reconhecimento e valorização de suas alteridades e da efetivação de seus direitos enquanto cidadão” (Blanco, 2009, p. 44).

Nesse contexto, no ano de 2005, o Governo Federal lançou a Política Nacional de Juventude, vinculada à Secretaria Geral da Presidência da República, que compreendeu a criação da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), do Conselho Nacional de Juventude e do Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária – Projovem.

A origem do programa como política pública vem de encontro à necessidade de incluir essa grande parcela da população que se encontra excluída do ambiente escolar e do mercado de trabalho e a capacidade de contribuição desse grupo para o plano de desenvolvimento do país (Longhi, 2008).

O desenvolvimento de políticas públicas pelo Governo de caráter inclusivo partira da necessidade de solucionar problemas e carências na sociedade. São meios importantes que possuem a capacidade de promover transformações efetivas na sociedade ou no público-alvo. Como exposto na pesquisa, o Governo possui um leque de Programas com objetivos variados, desde a elevação da escolaridade básica da população, a oferta de oportunidades de acesso ao



ensino superior público ou particular, ofertas de cursos profissionalizantes, oportunidades de experiência e inserção de jovens no mundo do trabalho, dentre outros. São todos mecanismos imprescindíveis e valiosos que contribuem de forma significativa no combate às desigualdades sociais.

Vale ressaltar que os programas citados são estratégias governamentais de inclusão voltados para os jovens e/ou adultos. Contudo, apesar do Governo inserir os jovens em diversos programas, o objeto de estudo desta investigação centra-se nos jovens do Programa Projovem Urbano do município de Linhares/ES - Brasil. Sendo assim, não temos a pretensão de enveredar pela pesquisa dos demais programas, porém, por fazer parte de uma das estratégias do governo, foi fundamental citar os programas existentes nesse campo, de forma a situar o leitor nas principais ações governamentais desenvolvidas no país e no campo da inclusão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre os desafios prioritários que se apresentam às sociedades modernas, destaca-se o problema dos adolescentes e jovens. Todas as propostas que se apresentam e as ações que se implementam para este grupo constituem um investimento privilegiado no futuro, uma vez que constituem o maior capital para alcançar uma sociedade mais forte, democrática, segura, culta e respeitada no concerto das nações.

Ao estudar o mundo dos adolescentes e jovens, verifica-se uma grande heterogeneidade na sua relação com a educação e o trabalho. A educação torna-se discriminatória para o mercado de trabalho após doze anos de educação formal, mostrando que grupos sociais desfavorecidos possuem mais dificuldade de aderir ao mercado de trabalho.

Portanto, a definição das políticas de Estado no trabalho e na educação, a gestão sistematizada e lucrativa, a adequação dos conteúdos segundo a abrangência, relevância e pertinência, é o caminho para a equidade, pois a razão de ser da democracia é o reconhecimento do outro.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALA-HARJA, M., & HELGASON, S. Em Direção às Melhores Práticas de Avaliação. **Revista do Serviço Público**, p. 05-60, 2000.

AMBRONI, V. Trabalho e Educação na Reprodução Social do Homem. **Anais do X Seminário do Trabalho - Trabalho, Crise e Políticas Sociais na América Latina**. Marília, São Paulo, Brasil: UNESP. 2016. Fonte: http://www.canal6.com.br/x_sem2016/artigos/9A-03.pdf

ANDRADE, E. R.; NETO, M. F. (2007). Juventudes e Trajetórias Escolares: conquistando o direito à educação. Em M. Abramovay, E. R. Andrade, & L. C. Esteves, **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**. Brasília: Edições MEC/Unesco. p. 55-78, 2007

BARBER-MADDEN, R.; SABER, B. A. (2010). A situação dos jovens no mundo. Em R. Barber-Madden, & T. d. Santos, **A juventude brasileira no contexto atual e em cenário futuro**. Brasília: UNFPA. p. 17-39, 2010.

BARRETO, C. A. (2007). Políticas públicas e vínculos privados: uma análise do novo padrão de ação estatal na Educação de Jovens e Adultos em Araraquara. **Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas)**. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos

BOURDIEU, P. **Questões de Sociologia**. Lisboa: Fim de Século. 2003.

BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. Porto Alegre: Zouk. 2007.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. **A Reprodução. Elementos Para Uma Teoria do Ensino**. Rio de Janeiro: Francisco Alves. 1992.

CASTRO, J. A.; AQUINO, L. **Juventude e Políticas Sociais no Brasil**. Brasília: IPEA. 2008

CIAVATTA, M. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Revista Trabalho Necessário**, p. 1-20, 2005. Fonte: <http://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6122/5087>

CURY, C. R. A educação como desafio na ordem jurídica. Em E. T. Lopes, L. M. Faria Filho, & C. G. Veiga, **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica. p. 567-584, 2000.

ESTEBAN, M. T. Educação Popular: Desafio à Democratização da Escola Pública. **Caderno Cedes**, p. 9-17, 2007.



ESTEVEES, L. C.; ABRAMOVAY, M. **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**. Brasília: Unesco. 2007.

FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Educação Brasileira: Alguns Indicadores e Desafios**. Brasília. 2013.

FREIRE, P. Papel da Educação na Humanização. **Revista da FAEEBA**. 1997.

FRIGOTTO, G. Trabalho, Conhecimento, Consciência e Educação do Trabalhador: Impasses Teóricos e Práticos. Em C. M. Gomes, **Trabalho e Conhecimento: dilemas na educação do trabalhador**. São Paulo: Cortez. 2004.

GADOTTI, M. **A Escola e o Professor: Paulo Freire e a Paixão de Ensinar**. São Paulo: Publisher Brasil. 2007.

GLÓRIA, D. M. Direito à educação escolar: o discurso da inclusão x a prática da exclusão. **REVISTA EDUCAr**, p. 209-222, 2002.

GONÇALVES, L. R., PASSOS, S. R.; PASSOS, Á. M. Novos Rumos para o Ensino Médio Noturno – como e por que fazer?. **Revista Ensaio: avaliação e políticas públicas em Educação**, p. 345-360, 2005.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais : uma análise das condições de vida da população brasileira: 2017**. Rio de Janeiro: IBGE. 2017.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais : uma análise das condições de vida da população brasileira: 2019**. Rio de Janeiro: IBGE. 2019

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Atlas da Violência 2017. **FBSP, Fórum Brasileiro de Segurança Pública**. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil: Ipea; FBSP. 2017. Fonte: <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/2/2017>

LARANJEIRA, D. H., IRIART, M. F., FARIA, I.; MATOS, S. S. Educando Jovens para o Trabalho e a Cidadania: desafios e limites do Projovem Urbano de Feira de Santana. **Revista Cocar**, p. 19-31, 2012.

LEMOES, R. M.; PINHEIRO, L. I. Análise do Programas de Transferência de Renda no Brasil Bahia. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**. 2013. Fonte: www.eumed.net/rev/cccss/26/renda-brasil.html

LEON, A. L. Juventude, Juventudes: uma análise do trabalho e renda da juventude brasileira. Em M. Abramovay, E. R. Andrade, & L. C. Esteves, **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Unesco. 2007.



LUCKESI, C. C. **Avaliação da Aprendizagem Escolar: estudos e proposições**. São Paulo: Cortez Editora. 2008.

MARGULIS, M.; URRESTI, M. La Juventud Es Más Que Una Palabra. Em M. MARGULIS, **La Juventud Es Más Que Una Palabra**. Buenos Aires: Biblos. 1996.

MENDES, J. M.; SEIXAS, A. M. Escola, Desigualdades Sociais e Democracia: as classes sociais e a questão educativa em Pierre Bourdieu. **Revista Educação, Sociedade & Culturas**, p. 103-129, 2003.

MONTEIRO, R. D.; FARIAS, L. P. Análise do programas de transferência de renda no Brasil Bahia . **Contribuciones a las Ciencias Sociales**. 2013. Fonte: www.eumed.net/rev/cccss/26/renda-brasil.html

OLIVEIRA, J. B.; SCHWARTZMAN, S. **A Escola Vista por Dentro**. Belo Horizonte: Alfa Educativa. 2002.

PAIS, J. M. A Juventude como Fase de Vida: dos ritos de passagem aos ritos de impasse. **Saúde e Sociedade**, p. 371-381, 2009. Fonte: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902009000300003&script=sci_abstract&tlng=pt

SAVIANI, D. O Trabalho como Princípio Educativo Frente às Novas Tecnologias . Em C. J. Ferretti, **Novas Tecnologias, Trabalho e Educação: um debate interdisciplinar**. Petrópolis: Vozes. 1988.

SAVIANI, D. (2007). Trabalho e Educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, p. 152-165, 2007.

SCHWARTZMAN, S. **Os desafios da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2005.

SEGNIN, L. R. Educação e Trabalho: uma relação tão necessária quanto insuficiente. **São Paulo em Perspectiva**, p. 72-81, 2000.

SILVA, J. C. A Questão Educacional em Marx: alguns apontamentos. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, p. 72-81, 2011.

SILVA, P. L.; COSTA, N. R. **A Avaliação de Programas Público: reflexões sobre a experiência brasileira**. Brasília: Relatório Técnico. Cooperação Técnica BID-IPEA.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, p. 20-45, 2006.

SPOSATI, A. d. Exclusão Social e Fracasso Escolar. **Revista Em Aberto**, p. 21-32, 2000.



TEIXEIRA, E. C. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação. **Revista AATR**, p. 1-11, 2002. Fonte: http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf

UNESCO. **Políticas Públicas de/para/com as Juventudes**. Brasília: Unesco. 2004